

11.3.7. Condições de Vida da População

11.3.7.1. Introdução

Integram essa área de estudo para o meio socioeconômico, oito municípios, a saber: Apiaí, Barra do Chapéu, Itapirapuã Paulista e Ribeira, em São Paulo e Adrianópolis, Cerro Azul, Rio Branco do Sul e Doutor Ulysses, no Paraná. Para efeito de análise deverão ser considerados ainda Curitiba /PR e Capão Bonito /SP como pólos regionais.

A referida área integra a Bacia do rio Ribeira de Iguape, localizada na região sul do estado de São Paulo e nordeste do Paraná, abrangendo uma área total de cerca de 25.000km², dos quais aproximadamente um terço encontra-se em território paulista.

Trata-se de uma das regiões de colonização mais antiga, tanto em território paranaense como paulista. A região conhecida como Vale do Ribeira é formada por vários municípios componentes da bacia hidrográfica e municípios circunvizinhos. Caracteriza-se por uma baixa significância socioeconômica refletida em seus indicadores sociais e cujo comportamento mostra-se bastante insatisfatório.

Os indicadores sociais como mortalidade infantil, nível de escolaridade e nível de renda, entre outros, *“apresentam todos uma imagem contrastante com o restante do estado. Trata-se de uma região com menor urbanização do estado, com grande parcela da população vivendo em áreas rurais, desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência e extrativistas. Razões históricas, dificuldades de acesso e condições naturais adversas às atividades econômicas garantiram até hoje um relativo isolamento do Vale e a preservação dos seus recursos naturais”*.¹

É nesse contexto socioeconômico que os municípios da Área de Influência Indireta se inserem, reproduzindo as mesmas condições sociais encontradas na região como um todo. Esses municípios apresentam indicadores sócio-econômicos insatisfatórios, encontrando-se entre os menos favorecidos em ambos os Estados da União. Ao se incluir na AII, Capão Bonito (SP) e Curitiba (PR) enquanto pólos regionais da região analisada, o quadro sócio-econômico somente mostra-se diferenciado para Curitiba, que apresenta indicadores totalmente diversos dos demais. Já no caso de Capão Bonito, seus indicadores encontram-se em patamar similar aos demais municípios da região.

O conjunto de municípios da AII soma uma população de cerca de 97 mil habitantes (2000), revelando uma taxa de crescimento para o período de 1991/2000, de apenas 0,16% ao ano. Resumindo, trata-se de uma região com população pouco representativa em termos de volume.

Para retratar as condições de vida da população residente nos referidos municípios, foram utilizados dados secundários e indicadores sociais que permitem mostrar a realidade social. As fontes utilizadas, basicamente, foram o *Atlas do Desenvolvimento Humano*, do PNUD, o *Censo 2000*, além de bibliografia acadêmica. Para tanto, foram considerados:

- ✓ O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) Municipal
- ✓ Indicadores específicos mais detalhados relativos à:
 - Educação (taxa de alfabetização, analfabetismo entre adultos)
 - Renda (renda per capita, Índice de Gini)

¹ Hogan, Daniel J. e outros in *Desenvolvimento Sustentável no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida*.

- Habitação (% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, eletricidade e coleta de lixo)
- Vulnerabilidade (mortalidade infantil)

11.3.7.2. População e Condições de Vida

Os municípios que integram a Área de Influência Indireta da UHE Tijuco Alto, com cerca de 97 mil habitantes em 2000 e 96 mil em 1991 são em sua maioria de pequeno porte. Desse conjunto de municípios apenas três possuem população considerada de tamanho médio, são eles: Ribeirão Branco do Sul /PR (29 mil hab), Apiaí /SP (27 mil hab) e Cerro Azul /PR (16 mil hab). O menor município da AII é Ribeira /SP, com 3 mil habitantes em 2000.

A taxa de crescimento para o período de 1991/2000 foi de 0,16% ao ano, considerada significativamente baixa². A densidade demográfica, indicador do número médio de habitantes por km², foi de 15,36 hab/km² para a área como um todo. São municípios com características rurais ainda muito fortes, cujo grau de urbanização é de 48,09% (dado de 2000).

Dois municípios são considerados pólos regionais para a AII, Curitiba/PR e Capão Bonito/SP.

Curitiba, por ser a capital do estado do Paraná, apresenta um porte bem diferenciado. Abriga mais de 1,5 milhão de habitantes (2000), com uma taxa de crescimento para o período de 1991/2000 de 2,11% ao ano e, praticamente, 100,0% de taxa de urbanização.

No caso de Capão Bonito, em São Paulo, o comportamento demográfico da população não difere muito do encontrado para o conjunto de municípios da AII, ou seja, com uma população total de cerca de 46 mil pessoas (2000) apresentou uma taxa de crescimento para o período de 1991/2000 de apenas 0,07%, até mesmo abaixo da encontrada para a área (0,16%). Trata-se de um município com características mais urbanas, cuja taxa de urbanização de 78,29%, em 2000, difere da situação da AII com 48,09%.

De um modo geral os municípios revelam condições de vida bastante insatisfatórias, conforme constatado no IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal) para os anos de 1991 – 2000 e nas posições desses municípios em relação aos demais de seus próprios Estados. No caso dos municípios paulistas da AII, todos, sem exceção, encontram-se entre os mais insatisfatórios, ou seja, estão abaixo da 620^a posição dentre os 645 municípios do Estado de São Paulo, cabendo a Itapirapuã Paulista o título de pior IDH do Estado. Dessa situação não foge sequer o pólo regional de Capão Bonito. Situação similar pode ser observada no Paraná, onde todos se encontram abaixo da 330^a posição dentre 399 municípios paranaenses, cabendo a Doutor Ulysses o segundo pior IDH de todo o Paraná. Evidentemente, a única exceção é Curitiba, a capital que apresenta o melhor IDH do Estado, bem como o único que se encontra em patamar considerado ideal, isto é, acima de 0,8 (Quadro 11.3.7/01).

² Tomando como referência a taxa anual de crescimento da população brasileira no período de 1991-2000, que foi de 1,63%.

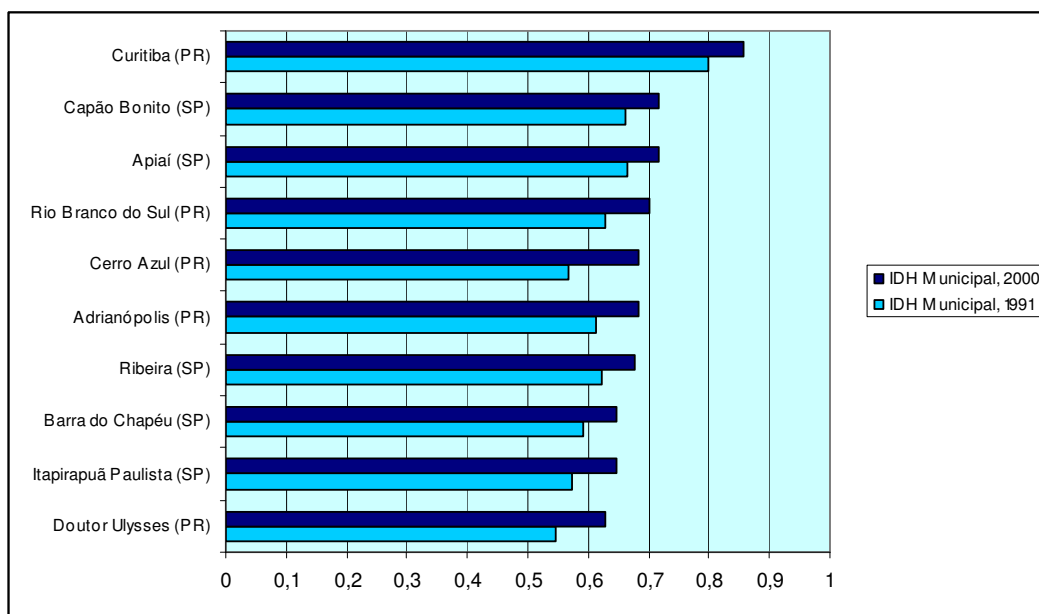
QUADRO 11.3.7/01 - IDH DOS MUNICÍPIOS DA AII (1991 E 2000), ACRESCIDOS DE CAPÃO BONITO (SP) E CURITIBA (PR), POSIÇÃO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO (EM 2000) E % DE MELHORA DO IDH ENTRE 1991 E 2000.

Município	IDH Municipal, 1991	Posição em 1991 em relação ao Estado*	IDH Municipal, 2000	Posição em 2000 em relação ao Estado*	% de Melhora entre 1991/2000
Apiáí (SP)	0,664	593	0,716	623	7,83
Capão Bonito (SP)	0,663	594	0,716	625	7,99
Ribeira (SP)	0,623	634	0,678	640	8,83
Barra do Chapéu (SP)	0,590	642	0,646	644	9,49
Itapirapuã Paulista (SP)	0,574	644	0,645	645	12,37
Curitiba (PR)	0,799	1	0,856	1	7,13
Rio Branco do Sul (PR)	0,627	311	0,702	331	11,96
Cerro Azul (PR)	0,568	387	0,684	372	21,05
Adrianópolis (PR)	0,613	343	0,683	373	11,42
Doutor Ulysses (PR)	0,546	395	0,627	398	14,84

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD-2004

- São Paulo = 645 municípios e Paraná = 399 municípios

FIGURA 11.3.7/01 - IDH MUNICIPAL (1991 E 2000), DO MAIOR PARA O MENOR, INCLUINDO OS PÓLOS DE CURITIBA E CAPÃO BONITO



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD (2004)

Na realidade, o IDH Municipal da AII tem melhorado na última década. Em 1991, até mesmo Curitiba não se encontrava acima do índice desejado, enquanto que os demais municípios estavam em patamar ainda menos satisfatórios. Chama a atenção o fato de que, aparentemente, para a maioria desses municípios apesar da melhora no índice, sua posição em termos relativos em relação aos demais municípios do Estado parece não ter melhorado. Exemplos mais significativos são Apiáí e Capão Bonito, em São Paulo, que da 593^a e 594^a posição em 1991, passaram a ocupar, respectivamente, a 623^a e 625^a posição em 2000; e Rio Branco do Sul e Adrianópolis, no Paraná, que da 311^a e 343^a posições em 1991 passaram a ocupar a 331^a e 373^a posições, em 2000.

Tal fato pode ser decorrência de inúmeras variáveis, não significando que as condições de

vida pioraram nesses municípios. Pelo contrário, no caso dos municípios paulistas houve uma melhora de cerca de 8% no IDH e de quase de 12% nos municípios paranaenses. No entanto, além de ter ocorrido melhora acentuada em outros municípios, saliente-se que houve um processo de desmembramento de inúmeros municípios (notadamente até meados da década de 1990), sendo que muitos distritos certamente apresentavam melhores indicadores de condições de vida quando comparados aos do Vale do Ribeira. Dessa forma, esses novos municípios devem ter tomado o lugar dos municípios citados, contribuindo para que eles ficassem em pior posição relativa na década seguinte (Quadro 11.3.7/01).

A melhora no IDH para o período de 1991-2000 ocorreu para todos os municípios da área em estudo, sendo que Cerro Azul /PR apresentou o melhor índice de crescimento (20,42%) e o mais baixo foi Apiaí /SP (7,83%). As cidades pólos mesmo apresentando uma melhora nos índices, esses não chegaram a 10,0% (7,99% para Capão Bonito e 7,13% para Curitiba). Cabe ressaltar, que a dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi a educação, com índices de 40,0% à 70,0%, seguida pela longevidade e pela renda.

O melhor IDH-M do Brasil é o do município de São Caetano do Sul em São Paulo (0,919). Se os municípios estudados mantivessem esta taxa de crescimento do IDH-M, a maioria deles levaria mais de 20 anos para alcançar a situação desejada, exceções vistas para os municípios de Cerro Azul e Curitiba no Paraná, esse último capital do estado (Quadro 11.3.7/02)

QUADRO 11.3.7/02 – CRESCIMENTO DO IDH-M (1991/2000); INDICADORES CONTRIBUINTE E NÚMERO DE ANOS PARA ALCANÇAR O MELHOR IDH-M.

Município	IDH-M índice de crescimento 1991/2000 (%)	Indicador contribuinte para o crescimento			N° de anos para alcançar 0,919(IDH)*
		Educação (%)	Longevidade (%)	Renda (%)	
Apiaí /SP	7,83	60,1	29,7	10,1	28,7
Adrianópolis /PR	11,42	50,2	41,6	8,1	23,8
Barra do Chapéu /SP	9,49	71,8	8,8	19,4	33,7
Cerro Azul /PR	20,42	57,2	26,4	16,4	13,8**
Doutor Ulysses /PR	14,84	69,3	16,0	14,8	24,0
Itapirapuã Paulista /SP	12,37	55,4	21,1	23,5	26,3
Ribeira /SP	8,83	41,5	36,6	22,0	31,2
Rio Branco do Sul /PR	11,96	58,2	17,3	24,4	20,7***
Capão Bonito/SP	7,99	52,2	45,2	2,5	28,1
Curitiba/PR	7,13	41,3	27,9	30,8	8,9

(*) Número de anos, caso mantenha esse crescimento, para alcançar o índice de 0,919, do município de São Caetano do Sul /SP, considerado o melhor IDH do Brasil.

(**) 10,5 anos para alcançar Curitiba (0,856) com o melhor IDH do estado.

(***) 15,2 anos para alcançar Curitiba (0,856) com o melhor IDH do estado.

São Paulo = 645 municípios e Paraná = 399 municípios

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD-2004

Ao se voltar para os dados de renda *per capita* e para o Índice de Gini, que representa o grau de concentração de renda, nota-se uma situação interessante. O fato de um município ser pólo regional parece ter influência direta sobre a renda *per capita* da população, particularmente como era de se esperar no caso de capital de Estado. Dessa forma, a renda *per capita* de Curitiba não se compara a nenhum outro município da All, sendo que sua renda, de 4,10 salários mínimos (s.m.) em 2000 era significativamente superior a do Brasil (1,97 s.m.), do Paraná (2,13 s.m) e de São Paulo (2,93 s.m.). Isso se explica pelo fato de a capital paranaense ser, não somente um pólo regional dos municípios da região metropolitana (da qual fazem parte os municípios paranaenses da All), mas o mais importante centro industrial, tecnológico e financeiro do Estado, o que implica num PIB muito superior a qualquer outro município do Paraná.

Guardadas as devidas proporções, Capão Bonito também apresenta melhor renda *per capita* (1,22 s.m.) que os demais municípios paulistas da All, com exceção, provavelmente

de Apiaí, onde a renda é algo similar (1,13 s.m.). Isso decorre igualmente do fato que, apesar de vivenciar inúmeras carências, ainda assim, trata-se do município com mais recursos e com atividade econômica um pouco mais dinâmica que as demais localidades. Ademais, sendo pólo regional concentra alguns serviços que, de alguma forma, contribuem para gerar mais renda, quando comparada aos outros municípios da região.

De maneira geral nota-se, em relação aos demais municípios da All, que a renda *per capita* é significativamente baixa, sendo que nada menos que Ribeira, Itapirapuã Paulista e Barra do Chapéu, (em São Paulo), Cerro Azul, Adrianópolis e Doutor Ulysses (no Paraná) apresentavam renda *per capita* de menos de um salário mínimo em 2000. Destaque altamente negativo é o caso de Doutor Ulysses, com renda *per capita* de 0,57 s.m., o que representa apenas 27% da renda *per capita* do Paraná. Em termos relativos, pior ainda é a situação de Barra do Chapéu, onde a renda *per capita* (0,72 s.m.) representa menos de 25% do indicador de São Paulo. A conclusão de tais cifras é que a proporção de população pobre (pessoas que vivem com menos de meio salário mínimo por mês) e miserável (pessoas que vivem com menos de um quarto de salário mínimo por mês) está entre as mais significativas de seus Estados.

Aliado a tal quadro, a desigualdade entre ricos e pobres nesses municípios também não pode ser desprezada. Isso pode ser deduzido ao se verificar o Índice de Gini (que varia entre 0 e 1, sendo que a situação ideal seria o mais próximo de “0”, pois isso significa pequena diferenciação dos rendimentos dos mais ricos e mais pobres). Ressalte-se, todavia, que, contrariamente ao que se poderia supor pela renda *per capita* dessa população, o Índice de Gini não é diverso de São Paulo e Paraná, mantendo-se entre os índices estaduais e do país. Isso não significa uma situação contraditória, pois deve ser evidenciado que o Brasil apresenta uma das maiores concentrações de renda do mundo, isto é, a diferença entre os rendimentos dos mais ricos em relação aos mais pobres é muito acentuada. Desse quadro não se esquivava sequer Curitiba, cujo Índice de Gini (0,59) é similar ao de São Paulo e do Paraná. Os demais municípios apresentam o Índice em torno do de seus respectivos Estados, sendo que, nesse caso, o Índice de Gini relativamente mais satisfatório é o de Doutor Ulysses, com 0,57. Tal situação, novamente, não caracteriza uma situação contraditória em relação à renda *per capita* ou mesmo aos níveis de carência do município ou de sua população. Pelo contrário, em primeiro lugar, seu índice ainda é por si só, elevado, e, provavelmente, sua situação esteja diretamente relacionada à pequena massa salarial gerada na localidade, aliado ao fato de que a diferença entre os mais ricos e pobres seja relativamente menor, simplesmente pelo fato de os mais abastados serem em pequeno número e com rendimentos menores que os de outros centros mais dinâmicos (Quadros 11.3.7/03 e 11.3.7/04).

QUADRO 11.3.7/03 - RENDA PER CAPITA E ÍNDICE DE GINI (1991 E 2000), SEGUNDO UMA CLASSIFICAÇÃO DECRESCENTE DA RENDA EM 2000

Município	Renda per Capita, 1991	Renda per Capita, 2000	Renda per Capita, 2000 (s.m)*	Índice de Gini, 1991	Índice de Gini, 2000
Curitiba (PR)	451,00	619,82	4,10	0,55	0,59
Capão Bonito (SP)	180,34	184,95	1,22	0,55	0,60
Rio Branco do Sul (PR)	129,11	178,95	1,19	0,55	0,55
Apiáí (SP)	155,11	171,29	1,13	0,55	0,62
Ribeira (SP)	102,38	126,36	0,84	0,56	0,59
Cerro Azul (PR)	87,83	123,8	0,82	0,54	0,62
Itapirapuã Paulista (SP)	91,06	122,88	0,81	0,44	0,61
Adrianópolis (PR)	104,59	115,6	0,77	0,53	0,59
Barra do Chapéu (SP)	88,78	108,43	0,72	0,58	0,60
Doutor Ulysses (PR)	69,23	86,00	0,57	0,49	0,57
São Paulo	-	-	2,93	0,56	0,59
Paraná	-	-	2,13	0,60	0,61
Brasil	-	-	1,97	0,63	0,65

* s.m. = valores em salários mínimos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano / 2004

QUADRO 11.3.7/04 - PROPORÇÃO DE POBRES PARA O PERÍODO DE 1991 E 2000 CONFORME MUNICÍPIOS DA AII

Municípios	Proporção de Pobres	
	1991	2000
Apiáí /SP	45,3	47,7
Adrianópolis /PR	59,7	55,5
Barra do Chapéu /SP	76,6	65,5
Cerro Azul /PR	71,1	60,6
Doutor Ulysses /PR	72,4	68,6
Itapirapuã Paulista /SP	63,3	63,5
Ribeira /SP	65,4	57,9
Rio Branco do Sul /PR	49,8	35,4
Capão Bonito/SP	38,6	44,6
Curitiba/PR	9,3	9,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2004 - PNUD

Ao se voltar para outro indicador que compõe o IDH, a longevidade, representada pela “Taxa de Mortalidade de crianças com até um ano de idade” e pela “Esperança de Vida” da população, o quadro mostra uma conjunção de indicadores próximos aos de São Paulo e do Paraná no caso da “Esperança de Vida”, mas significativamente piores em relação à “Taxa de mortalidade infantil”.

O melhor índice relativo à “Esperança de Vida”, como era previsto, é o de Curitiba, onde se espera que se viva mais de 71 anos, idade similar ao Estado de São Paulo e pouco melhor que o do Paraná e do Brasil. Isso decorre certamente da somatória de fatores que incluem a taxa de mortalidade infantil, melhores recursos de tratamentos de saúde, melhores rendimentos, acesso e nível de informação, dentre outros. Na realidade, somente nos casos dos municípios com menor “Esperança de Vida” parece haver uma influência mais direta com o maior índice de mortalidade infantil.

O indicador que mais reflete as dificuldades vivenciadas pela população dos municípios da AII, entretanto, é a “Taxa de mortalidade infantil para crianças com até um ano de idade”. Segundo parâmetros internacionalmente aceitos, é considerada taxa de mortalidade baixa “menos que 20 mortes por mil nascidos vivos”; taxa média “entre 20 a 49 mortes por mil nascidos vivos”; taxa alta “acima de 50 mortes por mil nascidos vivos”, sendo que, evidentemente, a situação ideal é a de menor morte possível.

Ao se analisar os dados, contrariamente ao esperado, não é Curitiba que apresenta a menor

taxa de mortalidade (20,92), mas é superada por Cerro Azul (18,32) e Adrianópolis (18,94). São cifras que estatisticamente estão provavelmente dentro do mesmo patamar, mas a diferença é suficiente para colocar apenas esses dois últimos municípios entre os que apresentam “Taxa de mortalidade infantil baixa”. Os demais, sem exceção, encontram-se na faixa com “Taxa de mortalidade infantil média”, caso se considere as cifras de 2000, sendo que em Barra do Chapéu e Itapirapuã Paulista a taxa se aproxima da taxa de mortalidade considerada “alta”. Porém, esses dois municípios somados a Doutor Ulysses apresentavam índices ainda piores, conforme os dados de 1991 (na ocasião, encontravam-se entre as “taxa de mortalidade alta”). De qualquer maneira apesar da relativa melhora, ainda assim, suas taxas de mortalidade são significativamente piores que as do próprio Brasil como um todo, e são melhores apenas que as das regiões mais pobres do país. Essas cifras são particularmente insatisfatórias se comparadas as do Estado São Paulo (17,48), que já caiu para patamar considerado como “baixo”, e os números mais recentes mostram que esse índice decaiu ainda mais.

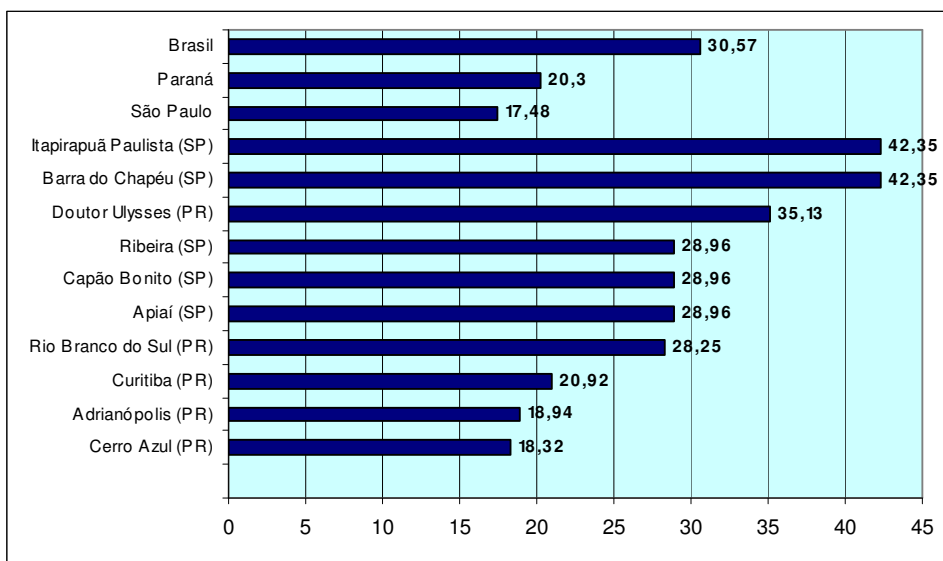
Apesar desse quadro insatisfatório, resalte-se como variável positiva, que a taxa de mortalidade infantil vem decaindo significativamente ao longo dos últimos anos. Dentre os motivos pode-se citar a consolidação de programas sociais voltados à saúde familiar e em medidas preventivas, como o PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde) e o PSF (Programa de Saúde da Família) que, apesar de suas dificuldades e da falta de recursos conseguem resultados positivos, quando se intervém em locais aonde, até mesmo medidas sanitárias e de informações básicas não chegavam para boa parte da população. Na realidade, esses programas poderiam obter ainda melhor resultado se houvesse a ampliação dos mesmos e de outras medidas educativas e preventivas, pois, como se poderá ver na análise da Área de Influência Direta (AID), de modo geral, mesmo o PACS não chega até a população rural. De qualquer maneira, em Cerro Azul e Adrianópolis, a taxa sofreu um incremento positivo de mais de 100% quando se compara o período de 1991 e 2000. Outro município a ser destacado é Capão Bonito que, devido ao incremento de quase 80% na taxa de mortalidade, deixou o patamar considerado “alto” para um nível “médio”. Mas, os dados mostram que ainda há um longo caminho a percorrer para se chegar aos níveis desejados de mortalidade infantil na AII (Quadro 11.3.7/05).

QUADRO 11.3.7/05 - MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE, POR MIL NASCIDOS VIVOS (1991 E 2000), E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (1991 E 2000), SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO CRESCENTE DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2000.

Município	Mortalidade até um ano de idade		Melhora 2000 em relação a 1991 (%)	Esperança de vida ao nascer	
	1991	2000		1991	2000
Cerro Azul (PR)	41,51	18,32	126,58	64,65	70,17
Adrianópolis (PR)	41,51	18,94	119,17	64,65	69,87
Curitiba (PR)	30,17	20,92	44,22	68,70	71,57
Rio Branco do Sul (PR)	45,27	28,25	60,25	63,66	66,01
Apiaí (SP)	46,13	28,96	59,29	62,57	65,41
Capão Bonito (SP)	51,74	28,96	78,66	61,14	65,41
Ribeira (SP)	49,20	28,96	69,89	61,77	65,41
Doutor Ulysses (PR)	55,14	35,13	56,96	61,28	63,64
Barra do Chapéu (SP)	56,13	42,35	32,54	60,08	61,00
Itapirapuã Paulista (SP)	64,12	42,35	51,40	58,30	61,00
São Paulo	27,31	17,48	56,24	68,82	71,20
Paraná	38,69	20,30	90,57	65,71	69,83
Brasil	44,68	30,57	46,16	64,73	68,61

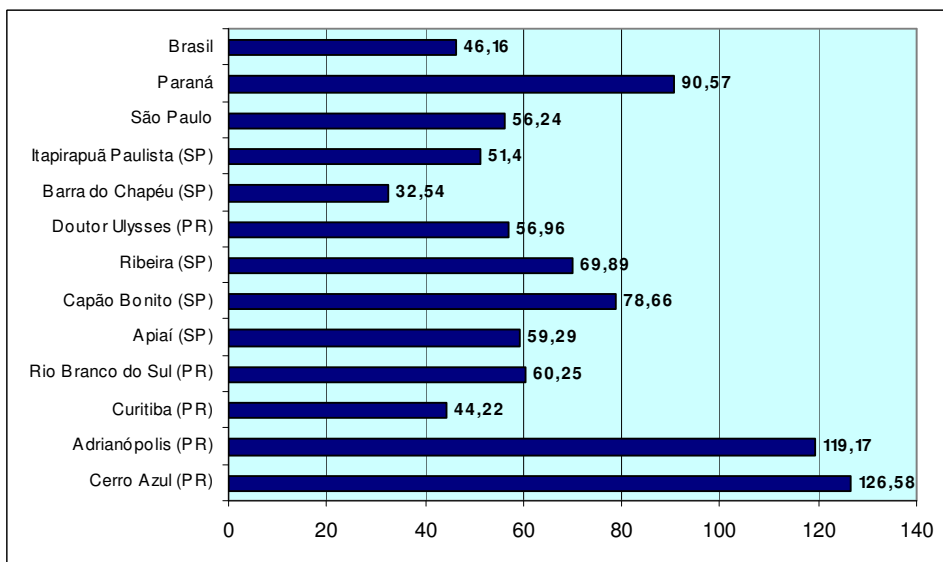
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/2004

FIGURA 11.3.7/02 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL ATÉ 1 ANO DE IDADE, DO MAIOR PARA O MENOR, INCLUINDO OS PÓLOS DE CURITIBA E CAPÃO BONITO, TENDO COMO REFERÊNCIA O BRASIL, O PARANÁ E SÃO PAULO.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD (2004)

FIGURA 11.3.7/03 - PERCENTUAL DE MELHORA NA TAXA E MORTALIDADE INFANTIL ATÉ 1 ANO DE IDADE, INCLUINDO OS PÓLOS DE CURITIBA E CAPÃO BONITO, TENDO COMO REFERÊNCIA O BRASIL, O PARANÁ E SÃO PAULO



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD (2004)

Quanto aos dados de educação (analfabetismo entre os adultos e a taxa de alfabetização) nota-se que ocorre, como era de se esperar, um contínuo processo de melhoria nos indicadores, muito embora, por tratar-se de região com indicadores sócio-econômicos insatisfatórios, esteja em pior situação quando comparada aos estados de São Paulo, Paraná e até mesmo ao país. Dessa forma percebe-se que com exceção de Curitiba, que é um importante centro de educação e pesquisa, e tem patamares significativamente satisfatórios (analfabetismo entre adultos maiores de 25 anos na casa dos 4%, em 2000), os demais ainda tem muito que melhorar. Todos os municípios apresentam taxa de analfabetismo pior que o de seus Estados, sendo que apenas Capão Bonito e Apiáí (14% e

13% respectivamente, em 2000) apresentam cifras pouco melhores que o do Brasil, mas significativamente piores que o de São Paulo (menos de 8%, em 2000). Os municípios com piores taxas de analfabetismo giram em torno de 30%, como são os casos de Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses. São cifras bem menos satisfatórias que as do Paraná, onde a taxa de analfabetismo não chega a 12% (2000).

Apesar desse quadro insatisfatório em relação ao analfabetismo entre os maiores de 25 anos, ainda assim houve certa melhora em relação aos dados de 1991. De forma geral, a melhora na taxa de analfabetismo foi mais acentuada que a do Brasil, com exceção de Adrianópolis e Itapirapuã Paulista. Destacam-se ainda, Apiaí (64%), Rio Branco do Sul (59%) e Capão Bonito (64%), caso não seja considerado Curitiba. De qualquer maneira, esse incremento é apenas um pouco superior ao de São Paulo e Paraná, sendo que muitos municípios sequer acompanharam a melhoria de seus respectivos Estados. São os casos de Itapirapuã Paulista, Barra do Chapéu e Ribeira, em São Paulo, e Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses, no Paraná. Tal fato mostra-se preocupante, pois uma vez mais, denota-se que são localidades carentes que não conseguem acompanhar o nível de desenvolvimento de seus Estados. Conseqüentemente, é mais um indício de que, em vez de acompanharem o desenvolvimento sócio-econômico paulista e paranaense, a tendência é acentuar ainda mais a defasagem no futuro para as condições de vida de sua população mais carente (Quadro 11.3.7/06).

Por conta dessas características, mesmo a taxa da alfabetização da população como um todo (excluindo-se Curitiba), também se encontra aquém de São Paulo e Paraná, sendo que somente Apiaí e Capão Bonito apresentam taxa superior a do Brasil. Na realidade, essa situação mostra-se ainda menos satisfatória do que os números fazem supor. Se ocorre efetiva melhora no acesso às escolas, os locais menos desenvolvidos sócio-economicamente, como é o caso do Vale do Ribeira em geral e dos municípios da All em particular, a própria qualidade do ensino público deixa a desejar. E, em locais cuja população carente constitui na imensa maioria, os alunos basicamente só têm acesso a essas mesmas escolas públicas (as raríssimas famílias que têm condições de colocar seus filhos em escolas privadas o fazem em centros com mais recursos, como é o caso de Curitiba). Tais alunos, caso consigam seguir seus estudos, dificilmente retornarão aos municípios de origem, visto que eles não apresentam boas oportunidades de emprego e renda, exatamente pelo seu pouco dinamismo. Assim, o ciclo tende a repetir-se, e a região como um todo, fica cada vez mais defasada em relação aos centros dinâmicos de São Paulo e Paraná. Os que permanecem são aqueles que, embora tenham melhor acesso à educação (se comparado aos seus pais) tendem a terminar apenas o ensino básico ou médio de forma precária e com grandes dificuldades de assimilação do que foi ensinado, como atestam os dados de defasagem escolar que foi detalhado na análise da população urbana e rural da Área Diretamente Afetada pelo empreendimento.

QUADRO 11.3.7/06 - TAXA DE ANALFABETISMO ENTRE ADULTOS ≥ 25 ANOS (1991 E 2000), E TAXA DA ALFABETIZAÇÃO (1991 E 2000), SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DECRESCENTE DE ANALFABETISMO EM 2000

Município	% de pessoas ≥ 25 anos analfabetas		Melhora 2000 em relação a 1991 (%)	Taxa de alfabetização	
	1991	2000		1991	2000
Adrianópolis (PR)	41,80	31,63	32,15	66,74	74,09
Cerro Azul (PR)	45,73	29,98	52,54	63,11	75,52
Doutor Ulysses (PR)	43,82	29,94	46,36	64,64	75,80
Itapirapuã Paulista (SP)	35,69	26,86	32,87	71,09	78,49
Barra do Chapéu (SP)	34,88	23,49	48,49	73,29	81,72
Ribeira (SP)	29,12	22,26	30,82	76,93	80,51
Rio Branco do Sul (PR)	33,79	21,26	58,94	73,84	83,26
Capão Bonito (SP)	22,24	14,21	56,51	81,91	88,40
Apiaí (SP)	21,67	13,20	64,17	82,89	88,81
Curitiba (PR)	6,71	4,13	62,47	94,51	96,63
São Paulo	12,20	7,90	54,43	89,84	93,37
Paraná	18,60	11,70	58,97	85,15	90,47
Brasil	22,80	16,04	42,14	79,93	86,37

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/2004

Em relação à infra-estrutura dos domicílios da All, como água, energia elétrica e coleta de lixo, observa-se um quadro igualmente menos satisfatório que o de São Paulo, Paraná e até mesmo do Brasil.

No caso do acesso à rede de água (implica impactos positivos ao meio ambiente e a diminuição da taxa de mortalidade infantil), tal como ocorreu com o acesso à escola, houve um grande incremento nos últimos anos. Evidentemente, nos pólos regionais como Curitiba, os domicílios com água encanada superam 99% (em Capão Bonito, o número já chega a 92%). Dentre os demais municípios, há desde aqueles como Rio Branco do Sul com cerca de 90% (que, não por coincidência, tem baixa taxa de mortalidade infantil) e Apiaí, com mais de 80% dos domicílios com água encanada. No outro extremo estão localidades como Itapirapuã Paulista, onde apenas dois em cada três domicílios possuem água encanada. Tal fato novamente denota a precariedade do município, porquanto, no Estado de São Paulo como um todo, mais de 97% dos domicílios possuem água encanada. Enfim, são cifras que necessitam de melhoras para que as condições sanitárias e de saúde possam ser igualmente incrementadas. No entanto, a baixa arrecadação desses municípios em geral pressupõe que dependam totalmente da assistência do Estado ou da União para cobrirem mais domicílios com abastecimento de água, e assim melhorarem outros indicadores sócio-econômicos.

Em relação à coleta de lixo, apenas os pólos regionais apresentam números similares aos dos Estados. Nesse caso, porém, os números são um pouco mais satisfatórios que os do abastecimento de água, notadamente pelo fato de que houve um incremento significativo na última década, havendo casos em que o número de domicílios atendidos mais que dobrou em relação a 1991. No caso específico de Doutor Ulysses (que passou de 2,42% dos domicílios para 78,53%) isso se explica pela emancipação do município, isto é, quando era apenas um distrito, praticamente não havia coleta de lixo e, após virar município, esse serviço realizado pela prefeitura passou a existir.

Por fim, um indicador que se encontra relacionado ao acesso a equipamentos domésticos como a energia elétrica, apresenta um quadro coerente com o até então exposto. Novamente são os pólos regionais que apresentam os melhores indicadores, sendo que em Curitiba, como era de se esperar, o número de domicílios sem energia elétrica mostra-se apenas residual. Mesmo em Capão Bonito a cifra ultrapassa 96%, sendo que em Rio Branco do Sul e Apiaí, igualmente mais de 90% dos domicílios possuem energia elétrica. As piores situações são verificadas em Cerro Azul e Doutor Ulysses, no Paraná, onde 74% e 68% dos

domicílios têm energia elétrica, e, em São Paulo, Barra do Chapéu tem 74% dos domicílios em igual situação. O acesso à energia elétrica mostra-se importante, pois implica a possibilidade de poder adquirir eletrodomésticos como geladeiras, televisores e demais equipamentos que, por seu turno, incrementam a qualidade de vida. Evidentemente, são equipamentos relativamente caros para locais com população de baixa renda como a região analisada. Todavia, por mais carentes que sejam essas famílias, caso tenham energia elétrica, passam a adquirir tais equipamentos ao longo dos anos por meio de crediários. Por conta dessa característica, há melhoria no acesso à informação, muito embora isso não implique maior censo crítico, uma vez que para que isso ocorra necessita-se de melhoria na qualidade do ensino e em atividades culturais.

QUADRO 11.3.7/07 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS URBANOS COM ÁGUA ENCANADA, ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO (1991 E 2000), SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DECRESCENTE DE DOMICÍLIOS URBANOS COM ÁGUA ENCANADA, EM 2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica		% de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Curitiba (PR)	96,42	99,03	98,49	99,91	97,48	99,48
Capão Bonito (SP)	76,69	92,00	93,46	96,82	94,79	97,94
Rio Branco do Sul (PR)	67,20	89,79	76,60	93,00	44,52	92,80
Apiaí (SP)	64,86	83,69	75,92	92,86	89,05	94,29
Cerro Azul (PR)	48,65	79,55	44,85	74,53	52,88	83,24
Ribeira (SP)	55,04	77,16	60,87	84,35	74,10	98,76
Adrianópolis (PR)	55,08	76,01	63,42	80,21	43,36	95,64
Doutor Ulysses (PR)	29,68	75,38	34,69	68,05	2,42	78,53
Barra do Chapéu (SP)	43,81	71,26	43,86	74,29	39,96	86,23
Itapirapuã Paulista (SP)	31,16	67,67	41,80	83,47	40,91	89,79
São Paulo	95,72	97,81	99,06	99,66	95,77	98,78
Paraná	82,81	94,75	90,90	97,71	86,07	97,06
Brasil	71,52	80,75	84,88	93,48	77,86	91,16

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/2004

Outro indicador que reflete nas condições de vida da população residente nos referidos município diz respeito à vulnerabilidade das famílias, analisada através de parâmetros como percentual de mulheres de 15/17 anos com filhos, percentual de crianças em famílias com renda inferior a 1/2 salário mínimo e percentual de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores.

Os dados mostrados no Quadro 11.3.7/08 apontam para uma situação bastante preocupante, reforçando a condição de vulnerabilidade social identificada nessa área de estudo. A proporção de mulheres de 15/17 anos com filhos cresceu em quase todos os municípios. Se por um lado a mulher brasileira tem tido menos filhos, com diminuição da taxa de fecundidade de 2,9 filhos por mulher em 1991 para 2,35 em 2000 (segundo o IBGE), por outro, apesar da queda verifica-se uma tendência de aumento na proporção de mães adolescentes. Dos municípios aqui analisados apenas Adrianópolis/PR, Cerro Azul/PR e Doutor Ulysses/SP mostraram uma queda na proporção, nos demais municípios observa-se acentuado aumento.

No país são veiculadas campanhas de informação e prevenção de sexo seguro e doenças sexualmente transmissíveis, mas há indicações que essas campanhas não alcancem as mulheres e tenham pouco impacto entre os adolescentes de uma forma geral, visto que, atualmente, estudos identificam que a gravidez na adolescência faz parte não somente do segmento pobre da população como também acontece, e com significância, nas classes mais favorecidas.

Os demais indicadores também não retratam condições satisfatórias. Embora, em alguns

casos, se revele uma queda nos dados referentes à proporção de crianças em famílias com renda menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo, ela ainda é pouco significativa para indicar melhoras. A proporção revelada no quadro abaixo é bastante representativa, sendo sempre maior que 50,0%. Somente em Curitiba, pólo regional, a situação é inversa, isto é, mostra uma proporção menor de 15,0%, mas com aumento para o período de 1991-2000.

QUADRO 11.3.7/08 - INDICADORES DE VULNERABILIDADE FAMILIAR, 1991 E 2000 PARA OS MUNICÍPIOS DA ALL

Municípios	% de mulheres de 15/17 anos com filhos		% de crianças em famílias com renda < $\frac{1}{2}$ s.m.		% de mães chefes de família, s/cônjuge, c/filhos menores	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Apiaí /SP	3,7	8,8	55,5	60,4	6,6	4,2
Adrianópolis /PR	11,1	9,5	70,3	68,1	5,2	5,8
Barra do Chapéu / SP	5,3	7,7	85,7	76,1	5,3	7,1
Cerro Azul /PR	14,5	11,4	80,3	73,9	3,0	4,6
Doutor Ulysses /PR	13,8	12,2	83,2	82,4	4,2	3,4
Itapirapuã Paulista / SP	8,6	9,3	74,5	75,5	3,7	5,8
Ribeira /SP	5,9	6,7	76,8	70,8	5,7	3,4
Rio Branco do Sul /PR	5,6	10,4	58,8	45,2	4,5	3,3
Capão Bonito/ SP	5,5	6,2	48,5	58,1	6,2	4,1
Curitiba/PR	1,5	6,4	13,7	15,2	7,2	4,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/2004

11.3.7.3. Considerações Finais

O conjunto de municípios que formam a Área de Influência Indireta dos estudos da UHE Tijuco Alto caracteriza-se por uma baixa dinâmica socioeconômica, exceção feita aos pólos regionais de Capão Bonito /SP e, em especial, Curitiba /PR a capital do estado. Os oito municípios abrigam uma população de cerca de 97 mil habitantes (Censo 2000), e apresentam juntos uma taxa de crescimento pouco significativa, 0,16% ao ano (1991/2000). Trata-se de municípios, na sua maioria, de pequeno porte e com características ainda rurais, cuja taxa de urbanização da área não alcança 50,0%, com destaque apenas para Rio Branco do Sul e Cerro Azul, no Paraná, e Apiaí em São Paulo.

De um modo geral, os municípios da All são bastante carentes e revelam condições de vida muito insatisfatórias, explicitadas pelos indicadores sociais aqui analisados.

O IDH-M, embora apresente uma pequena melhora, mostra-se ainda muito preocupante, visto que a contribuição dos indicadores para esse salto qualitativo não ocorreu de forma igualitária, ou seja, a dimensão que mais contribuiu para a melhoria do índice é a educação, em primeiro lugar, seguida pela longevidade e por fim pela renda.

Mesmo com essa melhora nos índices do IDH-M, os municípios estão longe de alcançar o melhor índice do Brasil que é o do município de São Caetano do Sul com 0,919, considerado como índice alto pelo PNUD. Ou seja, os municípios mantendo esse índice de crescimento, em sua maioria, deverão levar mais de 20 anos para alcançar a melhor situação encontrada no país.

Se por um lado observa-se, em algumas situações, uma pequena melhora na renda *per capita* média advinda principalmente dos benefícios governamentais, como aposentadoria, pensão e programas de auxílio, do que da renda do trabalho, por outro, verifica-se uma forte concentração da mesma.

No que diz respeito à educação, verifica-se que houve uma significativa melhora, principalmente, quanto a um maior acesso à sala de aula. Os dados mostram que cresceu o alcance à educação, mas ainda existem questões a resolver quanto à qualidade dessa educação. A taxa de analfabetismo também caiu.

Os índices de mortalidade infantil também melhoraram em todos os municípios, refletindo ações que vem sendo realizadas ao longo do tempo, embora ainda não sejam desejáveis. Programas sociais do governo voltados para a prevenção da saúde, têm um papel importante para esse declínio nas taxas. Ao mesmo tempo o aumento da escolaridade, especialmente, da mãe contribui sensivelmente para essa melhoria.